

Amamentação como fator de proteção para doenças crônicas: Conhecimento das gestantes e puérperas

Laise Maria Formiga Moura Barroso

Doutora em Serviço Social

Instituição: Universidade Federal do Pernambuco

E-mail: laisemaria@pcs.uespi.br

Lattes: 6477864844369262

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4312-230X>

Nayane Araújo de Souza Fontes

Pós-graduada em Saúde Pública

Instituição: Faculdade Metropolitana

E-mail: nayanearaujo101@gmail.com

Lattes: 0450074878484966

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1363-5131>

Karine Rafaela de Moura

Especialista em Urgência e Emergência

Instituição: Faculdade de Ciências e Tecnologias de Teresina

E-mail: karinemoura@pcs.uespi.br

Lattes: 3943507526370763

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7409-747X>

Iara de Souza Coelho

Pós-graduanda em Gestão em Saúde

Instituição: Universidade Estadual do Pernambuco

E-mail: iarasc14@hotmail.com

Lattes: 3082845743961929

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6816-558X>

Mariluska Macedo Lobo de Deus Oliveira

Doutora em Serviço Social

Instituição: Universidade Federal do Pernambuco

E-mail: mariluskamacedo@pcs.uespi.br

Lattes: 7349067814504143

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9204-8121>

Maria da Conceição Portela Leal

Mestre em Serviço Social

Instituição: Universidade Federal do Pernambuco

E-mail: mariaconceicao@pcs.uespi.br

Lattes: 4758240509505929

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4424-3752>



Virgínia Leyla Santos Costa Urtiga

Doutora em Farmacologia

Instituição: Universidade Federal do Ceará

E-mail: leylasantos3@hotmail.com

Lattes: 5133129531673063

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5571-7653>

Katyane Leite Alves Pereira

Doutora em Engenharia Biomédica

Instituição: Universidade Brasil

E-mail: katyaneleite@pcs.uespi.br

Lattes: 2835220624771427

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3290-2781>

Edvar Soares de Oliveira

Mestre em Saúde Coletiva

Instituição: Universidade de Fortaleza

E-mail: edvaroliveira@ccs.uespi.br

Lattes: 6458024296674405

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5562-0853>

Maria Sauanna Sany de Moura

Doutora em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal do Piauí

E-mail: sauanna25@gmail.com

Lattes: 9029162607583886

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5176-7330>

Emanuella Sousa Rodrigues

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Universidade Estadual do Piauí

E-mail: emanuella.sousa.r@aluno.uespi.br

Lattes: 7137531924890740

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0645-3657>

Gerdane Celene Nunes Carvalho

Doutora em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal do Ceará

E-mail: gerdanecelene@pcs.uespi.br

Lattes: 7050090489671857

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9625-7617>

RESUMO

Objetivo: Objetiva-se avaliar o conhecimento das gestantes e puérperas sobre a amamentação como fator de proteção para doenças crônicas. Metodologia: Estudo descritivo, quantitativo e transversal, realizado entre janeiro e março de 2023. Amostra foi composta por 11 gestantes do terceiro trimestre, 29 puérperas e 3 mulheres que deram à luz há um ano. A coleta de dados foi realizada nas Unidades Básicas de Saúde e em visita domiciliares, por meio de um formulário abrangendo as variáveis de características de perfil demográfico, informações sobre assistência em saúde prestada durante a gestação e puerpério e sobre o conhecimento da amamentação como fator de proteção para as doenças crônicas não transmissíveis. Os dados foram tabulados em planilhas de Excel e importado para o pacote estatístico Stata (versão 12.0) e



analisados de forma descritiva e inferencial, posteriormente, expostos em tabelas. Resultados: Os resultados apontaram que das 43 mulheres avaliadas, 100% receberam o acompanhamento pré-natal, 91% referiram nunca ter participado de atividade educativa sobre aleitamento na UBS e 77% não ter recebido orientação sobre aleitamento na consulta puerperal. Quanto ao conhecimento da amamentação como fator de proteção para doenças crônicas, 58,14% referiram não ter conhecimento de tal fato. Considerações finais: Os achados apontaram que pouco mais da metade das participantes desconheciam que a amamentação é fator de proteção para doenças crônicas, o que revela a necessidade de reforçar as estratégias de educação em saúde voltadas para este público.

Palavras-chave: Amamentação. Prevenção. Doenças Crônicas.

1 INTRODUÇÃO

As modificações sociais e econômicas das últimas décadas e suas consequentes alterações nos estilos de vida das sociedades contemporâneas colaboraram para o aumento da incidência das doenças crônicas, que hoje constituem um sério problema de saúde pública. Esse problema pode ser prevenido por adoção de práticas que podem começar de forma prévia, a exemplo da amamentação que constitui um fator de proteção.

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) se caracterizam por um conjunto de patologias de múltiplas causas e fatores de risco, longos períodos de latência e curso prolongado. Além do mais, têm origem não infecciosa e podem resultar em incapacidades funcionais (BRASIL, 2019).

Nas últimas décadas, as DCNT são consideradas doença universal de prevalência crescente. Doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade, doenças respiratórias, alterações comportamentais e da saúde mental são responsáveis por mais de 60% das mortes em todo o mundo (SAWYER et al., 2018).

Desse modo, é importante a implementação de medidas de prevenção, a partir do início da vida. Portanto, para manter a saúde e o bem-estar são necessárias as mudanças de comportamentos e hábitos, como a prática regular de atividade física e os bons hábitos alimentares desde o início da vida, uma vez que, recomenda-se o aleitamento materno exclusivo (AME) até os seis meses de vida.

O Aleitamento Materno (AM) é ideal para suprir todas as necessidades alimentares e é altamente nutritivo durante os seis primeiros meses de vida, fornecendo três quartos de proteínas que a criança necessita dos seis a doze meses. Além de fornecer esses elementos, o leite materno contém sais minerais, vitaminas, açúcar e gorduras (MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2016).

O AM tem efeito protetor contra DCNT, sendo crucial para a melhor formação do sistema de defesa do organismo da criança, protegendo-o contra infecções e promovendo um crescimento saudável levando seus benefícios até a fase adulta.

Considerando a importância da amamentação para a saúde infantil, a promoção do aleitamento materno deve ser iniciada durante o pré-natal, onde acontece o acompanhamento as gestantes, pelos profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), desde o momento de confirmação da gravidez até o



parto. O enfermeiro deve orientar e apoiar esta prática, que deve ir além do conhecimento empírico e habilidades técnicas, mas deve acolher e empoderar a mulher para a prática do aleitamento (MONTESCHIO; GAÍVA; MOREIRA, 2015).

O aconselhamento, a informação e a comunicação do enfermeiro desempenham um papel fundamental no manejo clínico da amamentação. O desempenho desse profissional é de extrema importância para fornecer apoio e promover o AME, ajudando as puérperas a superar medos, frustrações e dificuldades que possam surgir durante o processo de amamentação, evitando assim o desmame precoce.

Apesar do rápido crescimento das DCNT, seu impacto pode ser revertido por meio de intervenções amplas e de promoção de saúde, para redução de seus fatores de risco, e pela melhoria da atenção à saúde, detecção precoce e tratamento oportuno, a exemplo da orientação sobre a amamentação na gestação e puerpério.

Nesse cenário, avaliamos o conhecimento da mãe sobre a importância do aleitamento materno, torna-se essencial para que o profissional de saúde possa conhecer os problemas enfrentados pelas gestantes e puérperas durante a amamentação e assim, propor estratégias para solucionar as dificuldades mais comuns encontradas durante esse período.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem quantitativo, descritivo e delineamento transversal. O estudo foi conduzido no período de janeiro a março de 2023, nas ESF do município de Picos/PI. A amostra da população para o estudo foi constituída por 11 gestantes do 3º trimestre, 29 puérperas, 3 mulheres que tiveram filhos até um ano e que receberam assistência de enfermagem nas ESF da zona urbana, no município de Picos-PI.

A respeito dos critérios de inclusão: gestantes do 3º trimestre de gestação, puérperas e mulheres que tiveram filhos até um ano após o parto, que tenham realizado as consultas de pré-natal na ESF.

Foram utilizados como critérios de exclusão: Mulheres menores de 18 anos que não estarão acompanhados de seu responsável; Puérperas com contraindicação para amamentação; Gestante e puérperas incapacitadas para responder o formulário, como no caso de transtornos mentais.

A coleta de dados teve início após a obtenção da aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com o parecer número 5.874.489. Onde foi realizado no período compreendido entre janeiro a março de 2023.

Na realização das coletas inicialmente foi realizado uma reunião com os profissionais da ESF para explicar os objetivos e a operacionalização do estudo e para solicitar um levantamento da quantidade de gestantes dos 3º trimestre, puérperas e mulheres que tiveram filhos até um ano que cadastradas na área de abrangência das equipes de saúde da família do município de Picos-PI.



Posteriormente, foram agendadas com enfermeiro (a), responsável pela equipe as datas da coleta de dados, que foram realizadas durante as consultas de pré-natal, puericultura ou visita domiciliares. No dia da coleta, os objetivos do estudo foram esclarecidos às participantes pelo pesquisador e os dados foram coletados por meio da aplicação de um formulário durante o período de espera na recepção ou em casa.

Em alguns casos, a pesquisadora agendou visitas domiciliares na casa das gestantes e puérperas, mediante o agendamento prévio com os Agentes Comunitário de Saúde (ACS), com intuito para de definir o melhor dia e horário, de acordo com a disponibilidade da participante, para a realização da coleta.

Foi utilizado um instrumento de coleta de dados estruturado e elaborado pela pesquisadora, contendo as variáveis de características de perfil demográfico, informações sobre assistência prestada e conhecimento sobre a amamentação e sua contribuição como fator de proteção para as doenças crônicas não transmissíveis.

3 RESULTADOS

Entre as 43 mulheres (gestantes, puérperas e mulheres com filhos até um ano) avaliadas a média de idade foi de 26,5 anos ($\pm 6,84$), oscilando de 15 a 39 anos e a escolaridade ensino médio incompleto ou completo (74,4%).

Quanto ao acompanhamento de pré-natal, 100% referiram ter realizado, sendo a média de consultas de aproximadamente 7,17 ($\pm 2,86$). Entre as gestantes acompanhadas prevaleceram as que realizaram na rede pública (95,35%), com início no 1º trimestre (69,77%).

No que se refere as atividades de educação em saúde e o acompanhamento puerperal pode-se notar a baixa cobertura da realização dessas atividades, visto que 79% referiram não ter recebido consulta puerperal, 77% não ter recebido orientação sobre aleitamento na consulta puerperal e 91% referiram nunca ter participado de atividade educativa sobre aleitamento na ESF. Destaca-se apenas a orientação sobre aleitamento durante a gestação que foi referido por 60% das consultas.

Quando indagadas acerca da amamentação 28 (65,11%) referiram ter amamentado previamente e diferentes dificuldades foram apontadas, os problemas mais prevalentes foram os relacionados aos mamilos com 78,5% (n = 22), seguidos pela pega inadequada, 39,3% (n = 11), problemas com o leite com 32,1% (n = 9) e ocorrência de mastite, 28,6% (n = 8).

Por fim, avaliou-se das gestantes acerca de diferentes aspectos relacionados ao período da amamentação que apontaram que a amamentação deveria iniciar na primeira hora de vida de acordo com a disponibilidade de mãe e bebê (72,09%); que o aleitamento exclusivo deveria durar 6 meses (86,05%) e o complementar “enquanto tiver leite” (23,26%). Complementarmente, a maioria afirmou que não existe leite fraco (90,70%) e que sabiam como proporcionar a boa pega (88,37%) (Tabela 1).

Tabela 1. Conhecimento das participantes avaliadas acerca da amamentação. Picos, 2023. (n=43)

	n	%
Quando deve ser iniciada a amamentação?		
Dentro da 1º hora de vida logo que a mãe e bebê estejam prontos	31	72,09
A hora do início não é importante	5	11,63
Depois da 1º hora de vida	7	16,28
Qual a recomendação para a duração do aleitamento exclusivo?		
1 mês	1	2,33
6 meses	37	86,05
não sei	5	11,63
Qual a recomendação para a duração do aleitamento complementar?		
1 ano	6	13,95
1 ano	1	2,33
2 anos	9	20,93
6 meses	6	13,95
até quando a mãe quiser	9	20,93
até quando tiver leite	10	23,26
não sei	2	4,65
Existe leite fraco?		
Não	39	90,70
Sim	4	9,30
Você sabe como evitar o ingurgitamento?		
Não	26	60,47
Sim	17	39,53
Sabe o que fazer para a boa pega?		
Não	5	11,63
Sim	38	88,37

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

Ao serem questionadas quanto ao fato de a amamentação exercer papel de proteção para doenças crônicas, 58,14% referiram não ter conhecimento de tal fato, enquanto 37,21% (n = 16) informaram que seria uma proteção para o desenvolvimento de hipertensão, diabetes e obesidade de forma conjunta (Tabela 2).

Tabela 2. Conhecimento das participantes avaliadas acerca da amamentação como fator de proteção para doenças crônicas. Picos, 2023. (n=43)

	n	%
Tem conhecimento que a amamentação e fator de proteção para:		
Diabetes Mellitus	1	2,33
Hipertensão e Diabetes Mellitus	1	2,33
Hipertensão, Diabetes Mellitus e Obesidade.	16	37,21
Não sei	25	58,14

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

4 DISCUSSÃO

Este estudo objetivou avaliar o conhecimento das gestantes e puérperas sobre a amamentação como fator de proteção para doenças crônicas.

Quanto ao acompanhamento da gestação, a assistência pré-natal é um conjunto de ações simultaneamente preventivas, de promoção da saúde, diagnósticas e curativas, visando resultados favoráveis para a gestante e seu filho. Os resultados aqui evidenciados estão de acordo com a recomendação brasileira



para a assistência pré-natal de, pelo menos, seis consultas, incluindo vacinação, exames laboratoriais de rotina e o uso de suplementos ou tratamentos médicos para complicações (BRASIL, 2012).

Estudo com dados da Pesquisa Nacional de Saúde apontou que das 1.918 mulheres elegíveis para o questionário pré-natal, 1.851 (96,50%) relataram ter realizado cuidados pré-natais na última gestação. Todavia, pouco mais de 30% das mulheres relataram ter feito seis visitas pré-natais, diferente do aqui evidenciado (FLORES et al., 2021).

Fator essencial no acompanhamento gestacional, a educação em saúde é um recurso crucial que beneficia os profissionais, pois tem como propósito conscientizar as mulheres sobre suas necessidades de saúde e prevenir possíveis complicações, com destaque as relacionadas ao aleitamento materno. Ao incentivar práticas de estilo de vida saudáveis e promover o autocuidado, a educação em saúde se torna uma ferramenta essencial para estabelecer uma rotina saudável na vida das gestantes (CARDOSO et al., 2019; DA SILVA et al., 2019). Apesar da atestada importância das atividades educativas, nossos resultados evidenciaram baixa ocorrência de tais atividades.

Inúmeras pesquisas têm evidenciado diferentes dificuldades enfrentadas por gestantes no processo de aleitamento materno. A amamentação é um processo vital para a saúde e o bem-estar tanto do bebê quanto da mãe. No entanto, muitas gestantes enfrentam desafios e dificuldades durante esse período que podem resultar em desmame precoce e interrupção do aleitamento.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas gestantes durante a amamentação é a dor nos mamilos, sendo a mais referida no presente estudo. Essa dor pode ocorrer devido a uma pega inadequada do bebê, causando lesões e desconforto para a mãe. Outro desafio físico é a produção insuficiente de leite, o que pode levar à preocupação e ao sentimento de incompetência materna. Fatores como ingurgitamento mamário, mastite e mamilos invertidos também podem causar dificuldades significativas (ABREU et al., 2022; LISBOA et al., 2022; NASCIMENTO et al., 2021).

Reiterando as principais dificuldades enfrentadas, estudos realizados previamente corroboram com os achados aqui evidenciados ao apontar as dificuldades com os mamilos, como as escoriações do tecido mamário (ROSA; DELGADO, 2017; SILVA; GOETZ; SANTOS, 2017) e ingurgitamento (MORAES et al., 2020), como o problema mais prevalente enfrentado pelas mulheres durante a amamentação.

Apesar das dificuldades referidas no processo de amamentação a avaliação do conhecimento das gestantes acerca da amamentação mostrou-se adequada para a maioria dos aspectos aqui avaliados.

O conhecimento materno pode influenciar positivamente tanto as práticas de amamentação (GEWA; CHEPKEMBOI, 2016), quanto às práticas relacionadas à introdução de alimentação complementar. Apesar de 91% referirem nunca ter participado de atividades de educação em saúde no presente estudo, outros autores mostraram que o conhecimento adquirido pelas mães provém principalmente de profissionais de saúde, mas atualmente, a mídia é uma fonte poderosa de informação que tem influência significativa na



tomada de decisões e, portanto, deve ser utilizada com cautela (PIZZATTO et al., 2020; SILVA; GOETZ; SANTOS, 2017).

A importância do conhecimento das gestantes reside no fato de que mães com bom conhecimento materno não alteraram seu comportamento em relação à alimentação de seus filhos, introduzindo alimentos ultraprocessados em idade precoce (AKADRI; ODELOLA, 2020; NASCIMENTO et al., 2021; ROSA; DELGADO, 2017). Em um outro estudo sobre o conhecimento relacionado ao aleitamento materno, os benefícios mais destacados incluíram fornecer todos os nutrientes necessários, contribuir para o crescimento e desenvolvimento do bebê e auxiliar no emagrecimento da mãe (QUEIROZ et al., 2021). A prevenção de doenças crônicas como benefício do aleitamento, apesar de vasta literatura a esse respeito, não foi mencionada pelas gestantes.

Nesse sentido, as atividades educativas são fatores importantes para a construção e consolidação desses conhecimentos. Em um estudo quase experimental, no grupo de intervenção (que recebeu atividades educativas), as médias indicaram um aumento significativo no nível de autoeficácia das nutrizes em relação à amamentação, quando comparado ao grupo de observação (SCHULZ et al., 2020).

A amamentação é um dos melhores investimentos em saúde pública disponíveis para países em todos os níveis de desenvolvimento. No primeiro ano de vida, uma nutrição adequada para o lactente (amamentação exclusiva até cerca de 6 meses) reduz a mortalidade infantil e as internações hospitalares em 50% ou mais. A nutrição nos primeiros anos de vida tem influências importantes, incluindo nas doenças infantis, obesidade, desenvolvimento cognitivo, hospitalizações e doenças crônicas futuras (BINNS; LEE, 2019; NORTH et al., 2022).

Muitos estudos descobriram que a incidência e a duração da amamentação são menores entre crianças com doenças crônicas do que entre crianças sem doenças crônicas (BINNS; LEE; LOW, 2016; DAVIS, 2001). Existem muitos estudos biológicos e epidemiológicos sobre os efeitos benéficos do aleitamento materno na infância sobre doenças crônicas na idade adulta, particularmente sobre hipertensão, obesidade, diabetes, hipercolesterolemia e doenças cardiovasculares (KELISHADI; FARAJIAN, 2014).

Há uma relação direta entre a obesidade e o desmame precoce e alimentação complementar inadequada e/ou precoce. Portanto faz-se necessário o incentivo à amamentação, como medida de prevenção ao sobrepeso e obesidade infantil (VIANA FILHO et al., 2020). Uma análise recente de 2.553 bebês da coorte CHILD relatou uma associação inversa dose-dependente entre amamentação e índice de massa corporal (IMC) com 1 ano de idade (AZAD, 2019).

O efeito da amamentação na hipertensão tem atraído muito interesse devido às diferenças entre o leite materno e as fórmulas artificiais, principalmente em termos do seu teor de sódio e ácidos graxos. Está documentado que a amamentação pode afetar as pressões sanguíneas sistólica e diastólica (FORSYTH et al., 2003; MARTIN et al., 2004). Adicionalmente, o nível de glicose no sangue em jejum é inversamente



proporcional aos ácidos graxos poliinsaturados de cadeia longa na membrana do músculo esquelético. Parece que alterações na membrana do músculo esquelético têm um papel importante no desenvolvimento da resistência à insulina e subsequente hiperinsulinemia, que gradualmente leva a defeitos nas células betas e, por fim, ao diabetes tipo II (ARSLANIAN, 2002; KELISHADI; FARAJIAN, 2014).

Este estudo evidenciou achados relevantes e carentes de intervenção imediata, por exemplo, o incremento das atividades de educação em saúde. O caráter transversal da pesquisa em questão inviabiliza algumas conclusões mais direcionadas, porém não tira o destaque dos problemas aqui evidenciados e a necessidade de planejamento para a intervenção nos mesmos.

5 CONCLUSÃO

Os achados do estudo apontaram que pouco mais da metade dos participantes desconheciam que a amamentação é fator de proteção para DCNT. O que revela que apesar do incentivo e da orientação sobre os benefícios da amamentação para mãe e para o bebê pelos profissionais APS, não são orientados os benefícios da amamentação na vida adulta.

Como as DCNTs apresentam elevada morbidade e mortalidade principalmente em adultos e idosos, mesmo sua prevenção e controle sendo ações estratégicas da ESF, ainda se percebe alguns pontos que precisam ser trabalhados junto à população, a exemplo de reforçar a amamentação como fator de proteção para DCNTs. Uma vez que fatores de risco cardiovasculares e doenças crônicas também podem surgir na infância e adolescência.

No entanto, o estudo apresenta limitações por ser transversal, e para reforçar a relação entre amamentação e fator de proteção para doenças crônicas é necessário a realização de estudos longitudinais que acompanhem o impacto da amamentação na vida das pessoas, de modo a trazer achados sobre eficácia e efetividade da amamentação como fator de proteção para doenças crônicas, bem como percentuais de redução dessas doenças em pessoas que receberam o aleitamento conforme as recomendações do MS.

Dessa forma, sugere-se reforçar as estratégias de educação em saúde e promoção da saúde, enfatizando a importância da amamentação como fator de proteção para doenças crônicas, e dos fatores de risco cardiovasculares desde a infância.



REFERÊNCIAS

- ABREU, R. S. DE et al. Aleitamento materno: dificuldades encontradas pelas mulheres e os auxílios e estratégias do enfermeiro diante ao incentivo. *Global Academic Nursing Journal*, v. 3, n. Sup.1, p. e243–e243, 9 jun. 2022.
- AKADRI, A.; ODELOLA, O. Breastfeeding Practices among Mothers in Southwest Nigeria. *Ethiopian journal of health sciences*, v. 30, n. 5, p. 697–706, 1 set. 2020.
- AMARAL, L. J. X. et al. Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrízes. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 36, n. spe, p. 127–134, 2015.
- ARSLANIAN, S. Type 2 diabetes in children: clinical aspects and risk factors. *Hormone research*, v. 57 Suppl 1, n. SUPPL. 1, p. 19–28, 2002.
- AZAD, M. B. Infant Feeding and the Developmental Origins of Chronic Disease in the CHILD Cohort: Role of Human Milk Bioactives and Gut Microbiota. *Breastfeeding Medicine*, v. 14, n. S1, p. S-22-S-24, abr. 2019.
- BARBOSA, D. F. R.; REIS, R. P. DOS. O enfermeiro no incentivo ao aleitamento materno. *Revista Eletrônica da Estácio Recife*, v. 6, n. 1, 29 out. 2020.
- BAROUKI, R. et al. Developmental origins of non-communicable disease: Implications for research and public health. *Environmental Health: A Global Access Science Source*, v. 11, n. 1, p. 1–9, 20 jun. 2012.
- BINNS, C.; LEE, M. K. Public Health Impact of Breastfeeding. Em: *Oxford Research Encyclopedia of Global Public Health*. [s.l.] Oxford University Press, 2019.
- BINNS, C.; LEE, M.; LOW, W. Y. The Long-Term Public Health Benefits of Breastfeeding. v. 28, n. 1, p. 7–14, 20 jan. 2016.
- BOCCOLINI, C. S.; CARVALHO, M. L. DE; OLIVEIRA, M. I. C. DE. Factors associated with exclusive breastfeeding in the first six months of life in Brazil: a systematic review. *Revista de Saúde Pública*, v. 49, n. 0, 2015.
- BRASIL. VIGITEL 2019: Vigilância de fatores de Risco para doenças crônicas por inquérito telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
- BRASIL, M. DA S. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. Brasília: 2014.
- BRASIL, M. DA S. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília. Ministério da Saúde, 2012.
- CARDOSO, R. F. et al. Educação em saúde na assistência pré-natal: revisão de literatura. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 23, p. e397–e397, 2 maio 2019.
- CARVALHO, W. C. et al. As repercussões da amamentação e do uso de bicos artificiais na função estomatognática e na saúde sistêmica do bebê nos primeiros mil dias de vida: Uma revisão bibliográfica. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 10, p. e453101019119, 15 ago. 2021.



CIAMPO, L. A.; CIAMPO, I. R. L. Breastfeeding and the Benefits of Lactation for Women's Health. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia / RBGO Gynecology and Obstetrics*, v. 40, n. 06, p. 354–359, 6 jun. 2018.

COLLADO, M. et al. Longitudinal Study of Cytokine Expression, Lipid Profile and Neuronal Growth Factors in Human Breast Milk from Term and Preterm Deliveries. *Nutrients*, v. 7, n. 10, p. 8577–8591, 19 out. 2015.

DA SILVA, E. P. et al. Prenatal evaluation in primary care in Northeast Brazil: Factors associated with its adequacy. *Revista de Saude Publica*, v. 53, 2019.

DAVIS, M. K. Breastfeeding and Chronic Disease in Childhood and Adolescence. *Pediatric Clinics of North America*, v. 48, n. 1, p. 125–141, 1 fev. 2001.

DE OLIVEIRA, M. G. O. A. et al. Fatores associados ao aleitamento materno em dois municípios com baixo índice de desenvolvimento humano no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 16, n. 1, p. 178–189, mar. 2013.

FERNANDES, F. C. G. DE M.; SANTOS, E. G. D. O.; BARBOSA, I. R. Age of first pregnancy in Brazil: data from the national health survey. *Journal of Human Growth and Development*, v. 29, n. 3, p. 304–312, 12 dez. 2019.

FLORES, T. R. et al. Desigualdades na cobertura da assistência pré-natal no Brasil: um estudo de abrangência nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 2, p. 593–600, 12 fev. 2021.

FORSYTH, J. S. et al. Long chain polyunsaturated fatty acid supplementation in infant fórmula and blood pressure in later childhood: follow up of a randomized controlled trial. *BMJ (Clinical research ed.)*, v. 326, n. 7396, p. 953–955, 3 maio 2003.

GEWA, C. A.; CHEPKEMBOI, J. Maternal knowledge, outcome expectancies and normative beliefs as determinants of cessation of exclusive breastfeeding: A cross-sectional study in rural Kenya. *BMC Public Health*, v. 16, n. 1, p. 1–9, 9 mar. 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª Ed. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRADIM, C. V. C. et al. Aleitamento materno como fator de proteção para o câncer de mama. *Revista da rede de enfermagem do nordeste*, v. 12, n. 2, 2011.

JOHNSON, R. C.; SCHOENI, R. F. Early-Life Origins of Adult Disease: National Longitudinal Population-Based Study of the United States. *American Journal of Public Health*, v. 101, n. 12, p. 2317–2324, dez. 2011.

KELISHADI, R.; FARAJIAN, S. The protective effects of breastfeeding on chronic non-communicable diseases in adulthood: A review of evidence. *Advanced Biomedical Research*, v. 3, n. 1, p. 3, 2014.

LISBOA, M. DA C. et al. Aleitamento Materno: Dificuldades e Complicações que Podem Levar ao Desmame Precoce. *Epitaya E-books*, v. 1, n. 9, p. 225–238, 31 maio 2022.

MALTA, D. C. et al. Noncommunicable diseases and the use of health services: analysis of the National Health Survey in Brazil. *Revista de Saúde Pública*, v. 51, n. suppl 1, 2017.



MARIN, A. H. et al. A constituição da maternidade em gestantes solteiras. *Psico*, v. 42, n. 2, p. 246–254, 25 maio 2011.

MARTIN, R. M. et al. Does breast-feeding in infancy lower blood pressure in childhood? The Avon Longitudinal Study of Parents and Children (ALSPAC). *Circulation*, v. 109, n. 10, p. 1259–1266, 16 mar. 2004.

MARTINS, M. Z. Benefícios da amamentação para saúde materna. *Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente*, v. 1, n. 3, p. 87–97, 27 jun. 2013.

MONTENEGRO, C. A. B.; REZENDE FILHO, J. DE. *Rezende obstetrícia*. 13. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016.

MONTESCHIO, C. A. C.; GAÍVA, M. A. M.; MOREIRA, M. D. DE S. O enfermeiro frente ao desmame precoce na consulta de enfermagem à criança. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 68, n. 5, p. 869–875, out. 2015.

MORAES, I. C. et al. Percepção sobre a importância do aleitamento materno pelas mães e dificuldades enfrentadas no processo de amamentação. *Revista de Enfermagem Referência*, v. V Série, n. Nº 2, 30 jun. 2020.

NANDA, N. A. N. D. A. *Diagnósticos de Enfermagem da NANDA-I: Definições e Classificação - 2021-2023*. 12ª Ed ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

NASCIMENTO, E. N. et al. Determinants of exclusive breast-feeding discontinuation in southeastern Brazil, 2008–2013: a pooled data analysis. *Public Health Nutrition*, v. 24, n. 10, p. 3116–3123, 14 jul. 2021.

NORTH, K. et al. Breastfeeding in a Global Context: Epidemiology, Impact, and Future Directions. *Clinical Therapeutics*, v. 44, n. 2, p. 228–244, 1 fev. 2022.

PALMEIRA, P.; CARNEIRO-SAMPAIO, M. Immunology of breast milk. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 62, n. 6, p. 584–593, set. 2016.

PIZZATTO, P. et al. Maternal knowledge on infant feeding in São Luís, Maranhão, Brazil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 20, n. 1, p. 169–179, 11 maio 2020.

QUEIROZ, V. C. DE et al. Conhecimentos, atitudes e práticas sobre aleitamento materno entre puérperas em alojamento conjunto. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 11, 3 set. 2021.

ROSA, J. DE B. DE S.; DELGADO, S. E. Conhecimento de puérperas sobre amamentação e introdução alimentar. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 30, n. 4, p. 1–9, 6 dez. 2017.

SAWYER, S. M. et al. The age of adolescence. *The Lancet Child and Adolescent Health*, v. 2, n. 3, p. 223–228, 1 mar. 2018.

SCHULZ, S. M. et al. Influência da educação em saúde na autoeficácia em amamentar: estudo quase experimental. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 34, 1 jun. 2020.

SILVA, K. M. DOS S.; GOETZ, E. R.; SANTOS, M. V. J. DOS. Aleitamento materno: conhecimento das gestantes sobre a importância da amamentação na estratégia de saúde da família. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 21, n. 2, p. 111–118, 11 mar. 2017.



SIQUEIRA, S. M. C. et al. A amamentação como fator de proteção para a alergia à proteína do leite de vaca na infância: o que dizem as evidências científicas? *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 49, p. e485, 29 maio 2020.

VIANA FILHO, L. DE P. et al. A amamentação como prevenção da obesidade infantil: Uma revisão narrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 4, p. 11146–11162, 2020.

VICTORA, C. G. et al. Breastfeeding in the 21st century: epidemiology, mechanisms, and lifelong effect. *Lancet (London, England)*, v. 387, n. 10017, p. 475–490, 30 jan. 2016.